

# DIÁRIO OFICIAL

## Município de Lavras



**Edição 3571 - Segunda Feira - 18 de agosto de 2025**

### **LEI Nº 4.901, DE 18 DE AGOSTO DE 2025**

(Projeto de Lei do Legislativo nº 023/2025, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal)

**DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE ESTÁGIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO, CONFORME A LEI FEDERAL Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.**

A Câmara Municipal de Lavras, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o Programa de Estágio da Câmara Municipal de Lavras, consoante a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

**Art. 2º** O Programa de Estágio de que trata a presente Lei é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no âmbito da Câmara Municipal de Lavras, a fim de preparar para o mercado de trabalho os estudantes regularmente matriculados em curso superior de instituição de ensino devidamente autorizada pelo Ministério da Educação.

**Art. 3º** O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Lavras deverá atender à proporção de 20% (vinte por cento).

**§ 1º** Para fins desta Lei, considera-se o quadro de pessoal o conjunto de servidores efetivos e comissionados.

**§ 2º** Fica reservado aos estudantes, na condição de pessoa com deficiência, o percentual de 10% (dez por cento) das vagas de estágio oferecidas pela Câmara Municipal, desde que as atribuições das atividades a serem desempenhadas sejam compatíveis com a deficiência.

**§ 3º** Fica assegurado aos estudantes autodeclarados pretos ou pardos o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas de estágio oferecidas pela Câmara Municipal.

**§ 4º** Quando o cálculo dos percentuais dispostos no *caput* e nos parágrafos deste artigo resultar em fração, será arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

**§ 5º** As condições e requisitos para comprovação médica de deficiência indicada pelo estudante no ato de inscrição do processo seletivo serão comprovadas mediante laudo médico, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, contendo expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, a categoria em que se enquadra a pessoa com deficiência, nos termos

do art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

**§ 6º** A Administração da Câmara Municipal poderá requisitar documentos e exames adicionais para confirmação da comprovação médica da deficiência indicada.

**§ 7º** A comprovação da condição de pessoa preta ou parda poderá ser feita mediante procedimento de heteroidentificação, ou autodeclaração, conforme padrões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a critério da comissão de processo seletivo.

**Art. 4º** A duração do período de estágio não poderá exceder a 1 (um) ano, prorrogável uma única vez por igual período, contado a partir da entrada em exercício do estagiário.

**Parágrafo único.** A validade e demais regras relativas a cada processo seletivo de estagiários da Câmara Municipal serão definidas pela comissão específica do processo seletivo, nomeada anualmente pelo Presidente da Câmara Municipal, sendo que o período de validade de cada certame, após homologado, não poderá ser inferior a 1 (um) ano.

**Art. 5º** Durante o período de estágio de que trata esta Lei, os estagiários se sujeitarão às normas de organização interna da Câmara Municipal e somente poderão permanecer nas suas dependências no horário de funcionamento de cada unidade administrativa a que estiver vinculado.

**Art. 6º** As vagas de estágio de que trata esta Lei serão distribuídas conforme as áreas de interesse funcional da Câmara Municipal, notadamente, ensino superior em:

I - Administração ou Administração Pública ou Gestão Pública;

II - Direito;

III - Jornalismo, *marketing* ou Comunicação;

IV - Ciências Contábeis;

V - Pedagogia.

**§ 1º** A Presidência da Câmara Municipal, a cada processo seletivo, definirá, por Portaria, a distribuição do número de vagas de estagiários conforme as áreas de interesse de cada setor da Câmara Municipal, observado o que dispõe o artigo 3º desta Lei.

**§ 2º** O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino a que o estagiário estiver matriculado, e pelo respectivo chefe imediato de cada unidade administrativa da Câmara Municipal que corresponda à área de atuação do

estagiário, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV, do *caput* do art. 7º da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

**§ 3º** A Chefia de cada unidade administrativa em que o estágio esteja sendo realizado será responsável por planejar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelo estagiário.

**§ 4º** A definição da distribuição do número de vagas de estagiários conforme cada unidade administrativa da Câmara Municipal poderá ser alterada sempre que necessário à consecução dos fins desta Lei, por meio de Portaria da Presidência da Câmara, ouvida a Diretoria-Geral e as unidades administrativas envolvidas.

**§ 5º** A distribuição das vagas de estagiários nas unidades administrativas da Câmara Municipal obedecerá a critérios de necessidade de serviço, comodidade, adequação com fins pedagógicos e prioridade das atividades fins do Poder Legislativo.

### **CAPÍTULO II DOS REQUISITOS**

**Art. 7º** A contratação dos estagiários deverá ser precedida de processo seletivo simplificado, conduzido pela área de Recursos Humanos, mediante critérios de prova de cada unidade administrativa, devendo ser observado o que dispõe a Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, bem como as normas específicas de cada processo de seleção simplificado, a serem editadas e publicadas em cada ocasião.

**§ 1º** A Câmara Municipal, mediante Edital, deverá tornar públicas as regras e as vagas ofertadas para estágio, delimitadas por área de atuação, por meio de publicação em seu sítio oficial e no Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data estabelecida para realização do processo de seleção.

**§ 2º** O processo seletivo simplificado para recrutamento de estagiários, no contexto desta Lei, far-se-á necessariamente por prova escrita, vedada a mera análise de currículo ou entrevista, respeitados os critérios de publicidade e isonomia.

**§ 3º** O recrutamento e a contratação dos aprovados no processo seletivo de estágio da Câmara Municipal de Lavras obedecerão à ordem de classificação final, ressalvados os casos de reserva de vagas por políticas afirmativas, na forma desta Lei.

**§ 4º** A Câmara Municipal de Lavras não poderá destinar para disponibilização a outro órgão, ou Poder, mais do que 20% (vinte por cento) de seu número total de estagiários.

**Art. 8º** O estágio realizado pelo estudante de ensino superior, disciplinado por esta Lei, de forma supletiva e subsidiariamente pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com a Câmara Municipal, devendo ser observados os seguintes requisitos:

I - celebração de Termo de Compromisso de Estágio entre o educando, a Câmara Municipal e a instituição de ensino superior respectiva;

II - elaboração de plano de atividades do estagiário, em acordo com as partes envolvidas, que será incorporado ao Termo de Compromisso de Estágio por meio de aditivos à medida que for avaliado o desempenho do estudante;

III - o estudante de ensino superior deverá comprovar, bimestralmente, a regularidade de sua matrícula e frequência perante o curso, por meio de documento próprio emitido pela instituição de ensino superior;

IV - as atividades desenvolvidas pelo estagiário devem guardar relação direta com as diretrizes curriculares e com o projeto pedagógico do curso que estiver frequentando;

V - contratação, pela Câmara Municipal, em favor do estagiário de um seguro de acidentes pessoais, observando-se os procedimentos estabelecidos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, cuja apólice seja compatível com valores de mercado;

VI - emissão de certificado de estágio, assinado pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo supervisor do estágio, e envio à instituição de ensino, o qual não poderá ser expedido na hipótese em que o estudante não obtiver aproveitamento satisfatório ou no caso de desligamento antecipado causado pelo estagiário.

**§ 1º** É condição indispensável para o início do estágio a realização prévia de exame médico que ateste a aptidão do estagiário para as atividades que serão desenvolvidas.

**§ 2º** O estagiário também deverá se submeter a exame médico quando do encerramento das atividades de estágio.

**§ 3º** As despesas com a realização dos exames médicos serão suportadas pela Câmara Municipal, sendo, também, de sua responsabilidade a implementação no Programa de Estágio de que trata esta Lei, das normas relacionadas a saúde e segurança no trabalho.

## **CAPÍTULO III DO ESTÁGIO**

**Art. 9º** Pelas atividades de estágio realizadas no âmbito da Câmara Municipal, o estagiário terá direito ao recebimento mensal de uma bolsa-auxílio, fixada no valor de R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais), creditada na mesma data de pagamento dos vencimentos dos servidores públicos.

**§ 1º** O valor da bolsa-auxílio mensal de que trata o *caput* do art. 9º desta Lei poderá ser corrigido anualmente, a critério da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Lavras, por meio de Lei específica, vedada a vinculação a qualquer índice específico de correção monetária ou ao valor do salário-mínimo.

**§ 2º** Para fins de pagamento de apuração do valor-hora da bolsa-auxílio,

deverá ser utilizado o divisor 120 (cento e vinte).

**Art. 10.** Fica a Mesa Diretora autorizada a conceder, conforme conveniência e discricionariedade, auxílio-transporte, com natureza de ajuda de custo, em pecúnia, ao estagiário da Câmara Municipal de Lavras, mediante Portaria.

§ 1º O auxílio-transporte de que trata este dispositivo será devido no mês anterior ao da devida utilização, sendo disponibilizado na mesma data de pagamento da bolsa-auxílio.

§ 2º A unidade do auxílio-transporte terá valor equivalente ao da tarifa unitária de ônibus do transporte coletivo urbano vigente no Município de Lavras, sendo calculado na razão de 2 (duas) unidades para cada dia de atividade do estagiário junto à Câmara Municipal.

§ 3º Não será devido auxílio-transporte durante período de gozo de recesso, serviço remoto, autorizado pela chefia imediata de cada unidade administrativa da Câmara Municipal ou ausência, justificada ou não, do estagiário.

§ 4º Ocorrendo alterações no valor da tarifa unitária de ônibus do transporte coletivo urbano municipal, ajustar-se-á o valor mensal do auxílio-transporte.

§ 5º Ocorrendo o encerramento do vínculo de estágio, o valor de auxílio-transporte recebido antecipadamente e não utilizado será descontado dos valores devidos ao estagiário.

§ 6º Os valores de auxílio-transporte cuja concessão não seja realizada antecipadamente, por motivos de ordem técnica, serão devidos posteriormente, a título de ressarcimento, de forma automática.

**Art. 11.** A jornada de atividade em estágio será de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, observado o horário de funcionamento da Câmara Municipal, desde que compatível com o horário escolar, devendo ser cumprida apenas nos locais e áreas indicadas no Termo de Compromisso de Estágio.

§ 1º É vedada a realização de carga-horária diária superior à prevista no *caput* deste artigo, sendo proibida a compensação de horário.

§ 2º É assegurado ao estagiário, nos dias de avaliação de aprendizagem pelas instituições de ensino, carga horária reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no Termo de Compromisso de Estágio e mediante comprovação.

**Art. 12.** É assegurado ao estagiário período de recesso de 30 (trinta) dias, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º Sendo a duração do período de estágio inferior a 1 (um) ano, os dias de recesso serão concedidos de maneira proporcional.

§ 2º Durante o período que se encontrar em gozo de recesso, o estagiário terá direito ao regular recebimento da bolsa-auxílio, na forma desta Lei, vedado

qualquer desconto além daquele referente ao auxílio-transporte.

**§ 3º** O período de recesso será contado a partir do primeiro dia útil da sua concessão, que se fará mediante comunicação escrita do supervisor, contando-se em dias corridos, englobando domingos e feriados no período, findando-se o recesso no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo.

#### **CAPÍTULO IV DO ENCERRAMENTO DO ESTÁGIO**

**Art. 13.** O encerramento do estágio poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - automaticamente, pelo término do prazo de vigência do Termo de Compromisso de Estágio;

II - a qualquer tempo, no interesse e conveniência da Câmara Municipal;

III - a pedido do estagiário;

IV - pela comprovação da insuficiência na avaliação de desempenho do estagiário;

V - em decorrência do descumprimento de qualquer obrigação assumida no Termo de Compromisso de Estágio;

VI - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de 5 (cinco) dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período do estágio;

VII - pela interrupção do curso na instituição de ensino a que o estagiário esteja vinculado;

VIII - por conduta incompatível com a exigida pelas normas internas da Câmara Municipal.

#### **CAPÍTULO V DA DISPONIBILIZAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

**Art. 14.** Mediante deliberação da maioria da Mesa Diretora da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara Municipal poderá realizar convênio com outros órgãos e Poderes, estaduais, federais e municipais, para disponibilização de estagiários da Câmara Municipal.

**§ 1º** O processo seletivo para recrutamento de estagiários, mesmo que para a disponibilização, far-se-á de forma unificada, no contexto do Programa de Estágio da Câmara Municipal de Lavras, obedecendo às mesmas diretrizes estabelecidas nesta Lei.

**§ 2º** Excepcionalmente, desde que justificado de forma fundamentada, a Câmara Municipal de Lavras poderá recrutar estagiários destinados à

disponibilização, nos termos do *caput* deste artigo, mediante aproveitamento de processo seletivo realizado pelo órgão disponibilizante, desde que compatível com as regras próprias desta Lei.

**§ 3º** Uma vez admitida a utilização do processo seletivo prévio do órgão a que se destine o estagiário cedido, conforme autorização da Mesa Diretora da Câmara Municipal, o Poder Legislativo municipal fará arquivar cópia integral dos processos seletivos do órgão de destino.

**Art. 15.** Os estagiários cedidos, salvo disposição firmada em convênio, permanecerão submetidos ao regime jurídico desta Lei, principalmente quanto à fonte de custeio das despesas, que permanecerá a cargo da Câmara Municipal, às garantias, requisitos, limitações e critérios de avaliação.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 16.** As despesas decorrentes do Programa de Estágio da Câmara Municipal de Lavras de que trata esta Lei, deverão correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária e nos exercícios seguintes, suplementadas se necessário.

**Art. 17.** Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 4.500, de 30 de maio de 2019.

**Art. 18.** Poderá o Presidente da Câmara, por meio de Portaria, regulamentar os processos de celebração de convênio com as instituições de ensino superior, bem como relativos ao procedimento de avaliação periódica dos estagiários.

**Art. 19.** Ao setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal compete, a cada processo seletivo simplificado e sempre que necessário à adequação jurídica e técnica, elaborar Termo de Compromisso de Estágio, Formulários de Avaliação Periódica de Estágio, bem como qualquer outro documento necessário à consecução dos fins do Programa de Estágio.

**Art. 20.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lavras, em 18 de agosto de 2025.

**JUSSARA MENICUCCI DE OLIVEIRA**  
Prefeita Municipal